ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7528 , DE 28 DE MAIO DE 2021 RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

- Município:
 Resolução SES/MG nº:
- Objeto da Resolução Valor publicado

CNES	Nome Fantasia	Banco de transferência ao prestador	Agência do prestador	Conta corrente do prestador	Data de Transferência ao prestador	Documento de transferência ao prestador*	Valor recebido do FES/MG	Valor pago ao prestador

*Número da ordem bancária ou congêneres Identificação (nome completo e CPF) e assinatura do Gestor Municipal

28 1487652 - 1

RESOLUÇÃO CONJUNTA SES-MG/FUNED N.º 337, DE28 EMAIO DE 2021.

Delega competência para a operacionalização do Sistema Integrado de Administração Financeira/SIAFI-MG na unidade executora 1320045 —

SES/FUNED – unidade orçamentária 4291. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS e

O SECRETARIO DE ESTADO DE SAUDE DE MINAS GERAIS e O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- o Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário – TDCO – n.º 005/2021, celebrado entre a SES-MG e a FUNED, publicado em 01/04/2021, que visa melhorias nos processos relacionados ao diagnóstico da COVID-19, para reduzir o tempo de execução das análises e liberação dos resultados e para ampliar a capacidade operacional, nos termos previstos neste TDCO. Valor: RS 1.575.810,00 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos e dez reais), do orçamento do FES/SES, nos termos previstos no referido Termo; e

- o Oficio FUNED/PRES nº. 157/2021, datado de 13 de abril de 2021, da Presidência da Fundação Ezequiel Dias – FUNED/PRES, por meio qual é solicitada a delegação de competência e designação de servidores para a operacionalização do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI-MG, relativamente ao TDCO n.º 005/2021; RESOLVEM:

RESOLVEM

Financeira – SIAFI-MG, relativamente ao TDCO n.º 005/2021; RESOLVEM:

Art. 1º – Delegar competência aos servidores abaixo relacionados para a prática de atos de ordenação de despesas, visando à operacionalização do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI-MG, na unidade executora 1320045/unidade orçamentária 4291:

1 – ordenador de despesas titular: Glauco de Carvalho Pereira, MASP: 1169906-3, CPF: 036.904.146-10;

II – ordenadores de despesas suplentes:
a) Josiane Barbosa Piedade Moura, MASP: 1216065-1, CPF: 052.550.786-89; e
b) Aline Tatiane Pereira Melgaço, MASP: 1093728-2, CPF: 050.182.156-23.

Art. 2º – A delegação de que trata o artigo anterior visa à execução do objeto do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário – TDCO – n.º 005/2021, celebrado entre a SES-MG e a FUNED, publicado em 01/04/2021, que visa melhorias nos processos relacionados ao diagnóstico da COVID-19, para reduzir o tempo de execução das análises e liberação dos resultados e para ampliar a capacidade operacional, nos termos previstos neste TDCO. Valor: RS 1.575.810,00 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos e dez reais), do orçamento do FES/SES.

Art. 3º – É responsabilidade da FUNED a imediata comunicação à SES do desligamento ou da exoneração dos servidores elencados no art. 1º desta Resolução e a indicação de seu(s) respectivo(s) substituto(s).

Belo Horizonte, 28 de maio de 2021.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR

Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais

Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais

DARIO BROCK RAMALHO Presidente da Fundação Ezequiel Dias

RESOLUÇÃO SES/MG Nº7529, DE28 DE MAIO DE 2021. Define a dotação orçamentária do Programa Estadual de Assistência Farmacêutica destinada a Estruturação da Assistência Farmacêutica, experição 2007. exercício 2021. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS

O SECRE I ARIO DE ESTADO DE SAUDE DE MINAS GERATA; no uso das suasatribuições legais, que lhe conferem o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23 304, de 30 de maio de 2019, e considerando:

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União. Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os crítérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo revosa dispositivos das leis

com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências; - a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre

as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a orga-nização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras

a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Unico de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
- a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art.
37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações

e contratos da Administração pública e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Unico de Saúde - SUS, o planejamento da

saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras a Lei Estadual nº13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o

Código de Saúde do Estado de Minas Gerais; - aLei Estadual nº 23.751, de 30de dezembrode 2020, que estima as

receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021: a Resolução SES nº 1 416 de 21 de fevereiro de 2008, que institui cri-

- a Resolução SES nº 1.416, de 21 de fevereiro de 2008, que institui critérios, valores e prazos para apresentação de propostas visando à concessão do incentivo financeiro para estruturação das unidades da rede estadual de Assistência Farmacêutica no âmbito da 1º etapa do Programa Farmácia de Minas – REDE FARMACIA DE MINAS; - a Resolução SES/MG nº 1.476, de 07 de maio de 2008, que altera artisos e o Anexo III da Resolução SES/MG nº 1.416, de 21 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre a 1º etapa do Programa Rede Farmácia de Minas – REDE FARMÁCIA DE MINAS e divulga a relação dos municípios contemplados, habilitados, bem como os municípios não habilitados nos termos da citada norma; - a Resolução SES nº 1.795, de 10 de março de 2009, que institui critérios, valores e prazos para apresentação de propostas visando à conces-

- a Resolução SES nº 1.795, de 10 de março de 2009, que institui critérios, valores e prazos para apresentação de propostas visando à concessão do incentivo financeiro para estruturação das unidades da rede estadual de Assistência Farmacêutica no âmbito da 2º etapa do Programa Farmácia de Minas – REDE FARMÁCIA DE MINAS;
- a Resolução SES/MG nº 1.903, de 15 de junho de 2009, que divulga a relação dos municípios habilitados para os anos de 2009 e 2010, bem

- a resolução SES/MCI nº 1-793, de 13 de junno de 2009, que divigio a relação dos municípios habilitados nos termos da Resolução SES/MCI nº 1-795, de 11 de março de 2009, que dispõe sobre a 2º etapa do Programa Farmácia de Mínas – REDE FARMÁCIA DE MINAS e altera seus arts. 6º, 11 e 22 e os anexos III e V;
- a Resolução SES/MG nº 2.054, de 13 de outubro de 2009, que define o valor do incentivo financeiro para a estruturação das unidades da rede estadual de Assistência Farmacêutica – REDE FARMÁCIA DE MINAS – 2º etapa nos municípios sede de GRS, bem como torna pública a relação dos novos municípios habilitados a receber esse mesmo incentivo;

mesmo incentivo; - a Resolução SES/MG nº 2.884, de 20 de julho de 2011, que esta-- a Resolução SES/MG nº 2.884, de 20 de julho de 2011, que estabelece as normas gerais de adesão, execução, acompanhamento controle e avaliação dos Programas Estaduais PRO-URGE, Unidades de Pronto Atendimento/UPA, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência/SAMU, Rede de Resposta Hospitalar, Viva Vida, Hiperdia Minas, Mais Vida e Farmácia de Minas; - a Resolução SES/MG nº 2 885 de 20 de julho de 2011, que aprova as

- a Resolução SES/MG inº 2.885, de 20 de julho de 2011, que aprova as anormas gerais para a concessão do incentivo financeiro para estruturação da Rede Farmácia de Minas;
- a Resolução SES/MG nº 3.275, de 16 de maio de 2012, que aprova normas para concessão de incentivo financeiro para estruturação da Rede Farmácia de Minas;
- a Resolução SES/MG nº 4.592, de 09 de dezembro 2014, que autoriza

- a Resolução SES/MG nº 4.592, de 09 de dezembro 2014, que autoriza a migração dos Municipios relacionados no Anexo Unico desta Resolução, contemplados inicialmente pelo incentivo financeiro previsto na Resolução SES/MG nº 1.903, de 15 de junho de2009, para as regras impostas pela Resolução SES/MG nº 3.275, de 16 de maio de 2012, que aprova as normas gerais para a concessão de incentivo financeiro para a estruturação da Rede Farmácia de Minas, e dá outras providências; - a Resolução SES/MG nº 3.976, de 25 de outubro de 2013, que publica resultado dos municípios contemplados pelo Edital da Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.490/2013 para concessão de incentivo financeiro para estruturação de Unidade Farmácia de Minas e Unidade Farmácia Componente Verde da Rede Farmácia de Minas.

para estruturação de Unidade rarmacia de wimas e Unidade rarmacia. Componente Verde da Rede Farmácia de Minas;

- a Resolução SES/MG nº 3.959, de 16 de outubro de 2013, que estabelece normas gerais para execução do recurso de incentivo financeiro para custeio das Unidades da Rede Farmácia de Minas;

para custeio das Unidades da Rede Farmácia de Minas;
- a Resolução SES/MG nº 5.073, de 18 de dezembro de 2015, que institui as normas gerais para concessão de incentivo financeiro para conclusão das obras e revitalização de farmácias públicas no âmbito do Programa estadual de Assistência Farmaceutica;
- a Resolução SES/MG nº 5.113, de 13 de janeiro de 2016, que prorroga as regras de exceção estabelecidas na Resolução SES/MG nº 4.809, de 10 de junho de 2015;
- a Pasolução SES/MG nº 5.05, do 6 de decembro de 2016.

esolução SES/MG nº 5.505, de 06 de dezembro de 2016, que altera - a Resolução SES/MG n° 5.005, de 06 de dezembro de 2016, que altera o Art. 10 e o Anexo II da Resolução SES/MG n° 5.073, de 18 de dezembro de 2015, que institui normas gerais para concessão de incentivo financeiro para a conclusão das obras e revitalização de farmácias públicas no âmbito do Programa Estadual de Assistência Farmacéutica;
- a Resolução SES/MG n° 5.920, de 18 de outubro de 2017, que estabe-

lece normas gerais para concessão e execução do incentivo financeiro para custeio da Unidade do Programa Estadual de Assistência Farmacêutica — Farmácia de Todos; - a Resolução SES/MG nº 5.994, de 6 de dezembro de 2017, que institui

- a Resolução SES/MG nº 5.994, de 6 de dezembro de 2017, que institui critérios, valores e prazos para concessão de incentivo financeiro aos municípios participantes no âmbito do Programa Farmácia de Todos para estruturação da Assistência Farmacéutica; e - a Resolução SES/MG nº 6.907, de 13 de novembro de 2019, que estabelece normas gerais para concessão de incentivo financeiro extraoridario complementar destinado à conclusão das obras e revitalização de farmácias públicas no âmbito do Programa Estadual de Assistência Farmacêutica*

- Estabelecer valor e dotação orçamentária, atribuídos às des

Art. 1º — Estabelecer valor e dotação orçamentária, atribuídos ás des-pesas de custeio, destinado a Estruturação da Assistência Farmacêutica, contemplado pelo Programa Estadual de Assistência Farmacêutica, para o exercício financeiro de 2021. Art. 2º — O recurso financeiro de que trata esta Resolução corresponde ao valor de R\$ 20.595.120,00 (vinte milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, cento e vinte reais) e correrá à conta da dotação orçamentária nº 4291.10.303.156.4467.0001 - 334141 - 10.1.

nº 4291.10.303.156.4467.0001 - 334141 - 10.1.
Parágrafo único - Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão por conta das dotações orçamentárias específicas aprovadas para os
mesmos, considerando o disposto no Plano Plurianual de Ação Governamental e Lei Orçamentária.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 demaio de 2021.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR

28 1487660 - 1

EXPEDIENTE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL CONCEDE LICENÇA A GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do art. 7º da CR/1988, por um período de 120 días, à servidora: MASP. 1466108-6, VALERIA FRANCISCA DE SANTANA, a partir de 10/05/2021.

28 1487635 - 1

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL FÉRIAS PRÊMIO – AFASTAMENTO AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO

nos termos da resolução SEPLAG n°22, de 25/4/2003 ao (s) servidor (es): MASP 383071-8, MARIANGELA FERREIRA VERARDO, por 2 mês (es) referente ao 6º quinquênio, a partir de 09/06/2021; MASP 358623-7, JOSE LOYOLA MURTA, por 1 mês (es) referente ao 7º

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.430, DE 28 DE MAIO DE 2021. Aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais – CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; -a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Unico de Saúde/

SÚS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde:

ceiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os
valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados,
Distrito Federal e Municipios em ações e serviços públicos de saúde;
estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a
condes es person do ficulturado, conclusivos de control de de deprenera saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993;

e dá outras providências; - a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de impo tância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surt

o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras

providências; - o Decreto NE nº 113, de 12 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória 1.5.1.1.0 Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; o Decreto Estadual nº 47.886, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavirus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências;
 o Decreto Estadual nº 47.891, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19);
 o Decreto Estadual nº 48.102, de 29 de dezembro de 2020, que prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública decorrio do provincia do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º doDecreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no âmbito de todo o território do Estados;

todo o território do Estado; - a Portaria GM/MS nº 454, de 20 de março de 2020, que declara, em

todo o território nacional, o estado de transm

navírus (covid-19);
- a Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 nº 8, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais a serem adotadas pelo Estado e municípios enquanto durar a situação de emergência

em saúde pública no Estado; - a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia Coronavírus COVID-19, em todo o território do Estado; - a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 19, de 22 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas adotadas no âmbito do Sistema Estadual de Saúde, enquanto durar o estado de em decorrência da pandemia causada pelo agente Coronavirus COVID-19, em todo o terrifório de Estado:

território do Estado; - a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 04 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Corona-

a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 04 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;
a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.173, de 26 de junho de 2020, que aprova a alteração do Anexo Único a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 04 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;
a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.205, de 14 de agosto de 2020, que aprova a alteração do Anexo Único a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 04 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;
a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.292, de 06 de outubro de 2020, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 04 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;
a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.256, de 29 de outubro de 2020, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;
a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.264, de 20 de novembro de 2020, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavírus, no Estado de Minas Gerais;
a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.272, de 04 de dezembro de 2020, que aprova o alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho d

ção CIB-SUS/MG n° 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.286, de 11 de dezembro de 2020, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.292, de 23 de dezembro de 2020, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.301, de 30 de dezembro de 2020, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.307, de 08 de janeiro de 2021, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.168, de 04 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.310, de 25 de janeiro de 2021, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.317, de 05 de janeiro de 2021, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da

a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.336, de 19 de fevereiro de 2021, que aprova a alteração do Anexo Unico da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais; a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.345, de 05 de março de 2021, que aprova a alteração do Anexo Unico da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de CovID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais; a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.348, de 15 de março de 2021, MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de CovID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais; a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de CovID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais; ada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

Grade riospitata para eminemiento da pantenina de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavírus, no Estado de Minas Gerais; - a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.361, de 19 de março de 2021, que aprova a alteração do Anexo Unico da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plamo de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavírus, no Estado de Minas Gerais; - a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.363 de 26 março de 2021, que

Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.363 de 26 março de 2021, que aprova a alteração do Anexo Unico da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.366 de 30 março de 2021, que aprova a alteração do Anexo Unico da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.371 de 09 abril de 2021, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.377 de 16 abril de 2021, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.393 de 23 abril de 2021, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.403 de 07 maio de 2021, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID- 19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais;

a roua informativa N° 190/2020-CGAHD/DAHU/SAES/MS, que visa elucidar questões relacionadas a leitos clínicos COVID/SRAG; habilitação de leitos de UTI e letos de suporte ventilatório (LSVP) para SRAG/COVID-19.

os Planos de Contingência Macrorregional do Estado de Minas

Gerais;
- a necessidade de estruturar a rede hospitalar do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do COVID-19, com a disponibilização de leitos clínicos e leitos de UTI;
- a necessidade de atualizar os Planos de Contingência Macrorregionais, considerado que os mesmos são dinâmicos para prover o enfrenta-

- a necessidade de atualizar os Pianos de Contingencia Macrorregionais, considerado que os mesmos são dinâmicos para prover o enfrentamento da pandemia e garantir a assistência da população;
- os ajustes nos Planos de Contingência Macrorregionais, seguindo as premissas do documento orientador "Redimensionamento de Leitos de UTI COVID", aprovada pelo COES em 19/10/2020, para redução do número de leitos de UTI COVID nos territórios, considerando a diminuição nas taxas de ocupação dos leitos de UTI das macrorregiões;
- os documentos inseridos nos processos SEI relacionados aos Planos de Contingência das Grades Hospitalares das Macrorregiões de Saúde de Minas Gerais;
- o Officio nº 134/2021, de 28 de maio de 2021, do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS/MG; e
- a aprovação Ad Referendum da CIB-SUS/MG, conforme disposto no art. 50 da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.030, de 13 de novembro de 2019, que aprova o Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais (CIB Macro) e das Comissões Intergestores Bipartite Macrorregionais (CIB Macro) do Estado de Minas Gerais.

DELIBERA:

DELIBERA:

DELIBERA: DELIBERA: Art. 1º - Fica alterado o Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.168, de 4 de junho de 2020, que aprova o Plano de Contingência da Grade Hospitalar para enfrentamento da pandemia de COVID-19,

da Grade Hospitalar para entrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavirus, no Estado de Minas Gerais, que passa a vigorar nos termos do Anexo Unico desta Deliberação. Parágarão único — A alteração de que trata o caput deste artigo se refere aos ajustes nos Planos de Contingência Macrorregionais, de acordo com o cenário epidemiológico atual. Art. 2º - O reconhecimento dos leitos, por parte da SES/MG, para fins de pagamento, será feito a partir da disponibilização dos mesmos no SUSTácilMG

SUSfácilMG SUSfăcilMG.

Art. 3º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2021.

FÁBIO BACCHERETTIVITOR

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E

COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.430, DE 28 DEMAIO DE 2021 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov. br/cib).

28 1487473 - 1

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FHEMIG no uso das atribuições que lhe confere a Portaria Presidencial N° 1.479 de 24/08/2018, publicada em 25/08/2018, CONCEDE LICENÇA A GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do artigo 7° , CR/ 1988, por 120 (cento e vinte) dias, às servidoras:

MASP	NOME	LOTAÇÃO	VÍNCULO/ADMISSÃO	A PARTIR DE
1.284.603 -6	BRUNA LIMA ALVES	HAC	EFETIVO/02	10/05/2021
1.369.982-2	CRISTIANE SANTOS REAL DE OLIVEIRA	MOV	EFETIVO/01	21/04/2021
1.364.429-9	ANA PAULA DE OLIVEIRA E SILVA	HAC	EFETIVO/01	22/04/2021
1.461.310-3	CAMILA COSTA NAZARETH	HEM	CONTRATO/02	17/04/2021

Leonan Felipe dos Santos Diretor de Gestão de Pessoas

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG no uso das atribuições que lhe confere a Portaria Presidencial Nº 1.479 de 24/08/2018, publicada em 25/08/2018, CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE, nos termos do inciso XIX do artigo 7º, c/c o § 3º do art. 39 da CR/1988, e § do art. 10 do ADCT da CR/1988, por 5 (cinco) dias, ao(s) servidor(es):

		, 1	, , , ,	
MASP	NOME	LOTAÇÃO	VÍNCULO/ADMISSÃO	A PARTIR DE
1.306.726-9	BRUNO BARROSO DOS SANTOS	HAC	CONTRATO/02	12/05/2021
1.157.310-2	CRISTIANO DOS SANTOS FIGUEIREDO	IRS	EFETIVO/03	20/04/2021
1.215.681-6	GLACIANO NOGUEIRA RIBEIRO	HAC	EFETIVO/03	04/04/2021

. Leonan Felipe dos Santos Diretor de Gestão de Pessoas

